



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 24 de maio de 2011

JORNAL DO COMMERCIO Governo publica MP 534 para os tablets ..... CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO Editorial ..... OPINIÃO	2
JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil ..... OPINIÃO	3
JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil ..... OPINIÃO	4
JORNAL DO COMMERCIO Linhas Cruzadas ..... OPINIÃO	5
JORNAL DO COMMERCIO Eduardo Braga vem a Manaus discutir Reforma Política ..... POLITICA	6
JORNAL DO COMMERCIO Golpe Mortal ..... POLITICA	7
JORNAL DO COMMERCIO Polêmica ..... POLITICA	8
JORNAL DO COMMERCIO MP dos Tablets ..... ECONOMIA	9
JORNAL DO COMMERCIO Marco Dassori ..... ECONOMIA	10
JORNAL DO COMMERCIO Tributação ..... ECONOMIA	11
JORNAL DO COMMERCIO Empresas têm 2 meses para regularizar contratos ..... ECONOMIA	12
JORNAL DO COMMERCIO Empresas têm 2 meses para regularizar contratos (continuação) ..... ECONOMIA	13
JORNAL DO COMMERCIO Empresas têm 2 meses para regularizar contratos (continuação) ..... ECONOMIA	14
JORNAL DO COMMERCIO Pedro Côrtes.....	15
JORNAL DO COMMERCIO Oportunidade ..... NEGÓCIOS E SERVIÇOS	16
JORNAL DO COMMERCIO Focus ..... BRASIL & MUNDO	17
JORNAL DO COMMERCIO Brasil e Argentina já começam a negociar barreiras comerciais ..... BRASIL & MUNDO	18
A CRITICA ZFM ENVOLTA EM PESADELO ..... OPINIÃO	19
A CRITICA Sim & Não ..... OPINIÃO	20

<b>A CRITICA</b> Lei de Informática .....	21
<b>ECONOMIA</b>	
<b>A CRITICA</b> ZFM sob fogo cruzado .....	22
<b>ECONOMIA</b>	
<b>A CRITICA</b> MAIO .....	23
<b>ECONOMIA</b>	
<b>A CRITICA</b> Rogério Pina .....	24
<b>BEM VIVER</b>	
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Barreira .....	25
<b>CAPA</b>	
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Aplausos .....	26
<b>ARTIGO</b>	
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Contexto .....	27
<b>OPINIÃO</b>	
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Omar vai a Dilma ZFM .....	28
<b>ECONOMIA</b>	
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Omar vai a Dilma ZFM (continuação) .....	29
<b>ECONOMIA</b>	
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Produtores vão receber implementos agrícolas .....	30
<b>ECONOMIA</b>	
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> DISPUTA .....	31
<b>CAPA</b>	
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Manaus perde vantagem na produção de tablet com MP .....	32
<b>AMAZONAS</b>	
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Manaus perde vantagem na produção de tablet com MP (continuação) .....	33
<b>AMAZONAS</b>	
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Caloi quer aumentar capacidade da fábrica no PIM .....	34
<b>AMAZONAS</b>	
<b>DEZ MINUTOS</b> Caloi pretende ter Manaus como polo .....	35

## Governo publica MP 534 para os tablets

*Agora é necessária a união da bancada federal do Estado na apresentação de emendas*

POR LUANA GOMES E

JUSCELINO TAKETOMI, ESPECIAL PARA O JOC

O governo federal editou na sexta-feira (20) e fez publicar no Diário Oficial da União que circulou ontem (23), a MP 534 que concede isenção fiscal de PIS/Pasep e Cofins à produção e comercialização dos tablets em todo o país, inserindo-os no Programa de Inclusão Digital e equiparando-os aos computadores e notebooks. A medida praticamente anula a competitividade da Zona Franca de Manaus no setor, segundo o deputado federal Pauderney Avelino (DEM), que aposta na ação do governador Omar Aziz, inclusive junto ao STF, se for o caso, e nas emendas que a bancada federal do Amazonas pode apresentar e defender na tramitação da matéria no Congresso Nacional. Falando a um blog local, o governador Omar Aziz reafirmou sua disposição em “não permitir que acabem com a Zona Franca”, já que sua existên-

cia está consagrada na Constituição. Também disse que vai falar com a presidenta Dilma, antes do dia 30 ou no dia 30, quando tem audiência no palácio do Planalto. Os deputados estaduais Ricardo Nicolau (PRP), Adjuto Afonso (PP) e Luiz Castro (PPS) também se posicionaram a respeito da MP, confirmando a gravidade da situação. Na CMM, onde participava de audiência pública sobre a Reforma Política, o senador

***"Diante do fato consumado, resta ao governador lutar no STF"***

Eduardo Braga disse que o fato é preocupante “mas precisamos entender o conteúdo antes de nos manifestarmos”. Braga salientou que ontem mesmo teria uma audiência com o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, para discutir a questão. Segundo o senador, hoje haverá uma reunião com a bancada e a partir daí, ele conversará com o governador Omar Aziz (PSD) para formular a estratégia necessária.

**Páginas A3 e A5**

## Editorial

### MP 534 que concede incentivo fiscal aos tablets está vigorando

O Diário Oficial da União que circulou ontem (23) publicou a MP 534 (medida provisória), editada na sexta-feira (20), que concede isenção total nas alíquotas de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita bruta de vendas a varejo dos tablets, denominados "máquinas automáticas de processamento de dados, portáteis, sem teclado, que tenham uma unidade central de processamento com entrada e saída de dados por meio de uma

tela sensível ao toque de área superior a 140 cm<sup>2</sup>".

Pronto, o golpe foi dado. O que se esperava aconteceu. Com uma canetada, a presidente da República Dilma Rousseff tira do Amazonas a exclusividade de benefícios fiscais que até ontem só existiam no âmbito da Zona Franca de Manaus. A medida provisória é um instrumento de efeito imediato, embora precise ser tramitada no Congresso Nacional dentro de 60 dias, para ter rejeitada ou confirmada sua validade.

A MP 534 já está sendo considerada a maior ameaça que a Zona Franca de Manaus sofreu nos últimos anos. Ela permite que outros Estados possam criar mecanismos de incentivos fiscais, para garantir a implantação de projetos industriais a longo prazo.

Especialistas em tributação como os deputados Pauderney Avelino (DEM) e Adjuto Afonso (PP) acreditam que a saída para o Amazonas é recorrer ao Supremo Tribunal Federal para

tentar reverter a situação, haja vista a força da bancada governista no Congresso. O governador Omar Aziz, que tem encontro marcado com o ministro Guido Mantega na quarta-feira (25), já anunciou sua disposição de ir ao Supremo, ante o perigo que a medida representa para o Amazonas.

Mas se a MP de ontem garante aos tablets os mesmos incentivos concedidos aos computadores convencionais e notebooks, o Amazonas ainda deve esperar novo golpe contra a Zona Franca de Manaus, que é a regulamentação do PPB (processo produtivo básico) para os tablets, já previsto na MP, o que implicará em redução também do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

Usando uma expressão bem cabocla, o deputado Pauderney Avelino disse ontem que a presidente Dilma Rousseff, a despeito de ter anunciado mais 50 anos de vida para o modelo, surpreende os amazonenses com um grande "rabo de arraia" (pernada por trás).

## Frente & Perfil

# Medida atinge também notebooks e celulares

Experiente na tramitação de leis e medidas provisórias que trazem prejuízo às vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus, o deputado federal Pauderney Avelino (DEM) que está de volta à Câmara dos Deputados depois de quatro anos ausente, alertou para um perigo maior embutido na MP 534 publicada no Diário Oficial da União que circulou ontem. Segundo ele, embora a medida seja voltada especificamente para os aparelhos eletrônicos denominados tablets, ela pode atingir em cheio os computadores pessoais notebooks e os telefones celulares, estes últimos, entre os produtos que contribuem com o maior volume de faturamento e exportações do PIM (Polo Industrial de Manaus). “Essa medida também retira vantagens dos notebooks e telefones celulares e pode atingir também outros produtos”, disse Avelino. Ou seja, os prejuízos que se espera podem ser ainda maiores, no que o deputado chamou de extensão dos impactos negativos. Pauderney tem a autoridade de quatro mandatos sucessivos, mais o quinto, iniciado agora.

## Frente & Perfil

### NEGÓCIO

Produtos artesanais foram negociados diretamente entre organizações indígenas e um grupo de oito empresários espanhóis, proprietários de 80 lojas na Espanha e em Portugal. Aconteceu no Encontro de Negócios do El Corte Inglés, encerrado sexta-feira (20), na Fucapi. Doze mil peças foram negociadas a um total de R\$ 150 mil.

## Linhas Cruzadas

### PONTE

Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, confirma anúncio feito sema-

nas atrás pelo vice-governador José Melo ao J.C. Seu Ministério está avançando no projeto de construção de uma ponte sobre o rio Solimões, para unir as rodovias BR-174 e BR-319, para unir definitivamente Manaus e Boa Vista por via rodoviária ao resto do país.

## Eduardo Braga vem a Manaus discutir Reforma Política

Diante dos vereadores, senador Eduardo Braga discursou sobre pontos delicados da reforma, como a questão da chamada Lista Fechada e defendeu a criação de um Fórum Parlamentar para que o Amazonas não fique de fora das discussões políticas

### Por Joelma Muniz

O senador Eduardo Braga (PMDB) esteve ontem, 23, na CMM (Câmara Municipal de Manaus), para debater com vereadores questões polêmicas da Reforma Política. Na audiência pública, Braga revelou que talvez não haja tempo de votação para que as eleições de 2012 sejam contempladas pela nova Lei.

“A intenção é que os assuntos pertinentes às eleições de 2012 sejam aprovados dentro do prazo de periodicidade anual, que é sete de outubro. Mas, em minha opinião, não haverá tempo para isso”, falou.

Eduardo Braga discursou sobre pontos delicados da reforma. Um deles e o mais questionado pelos vereadores foi a questão da chamada Lista Fechada. Método onde o eleitor não escolhe um candidato, mas sim um partido. “Sabemos que esse é um ponto delicado do processo, ainda mais, se levamos em consideração os costumes eleitorais do país. Os brasileiros estão acostumados a votar em um candidato, e efetivar isso sem que haja uma reforma eleitoral é não levar

em consideração o povo brasileiro”, salientou. Segundo ele, existem 100 Projetos de Leis na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado Federal, dispondo sobre a reforma em curso.

As 100 matérias existentes na CCJ, segundo Braga, foram divididas em dois blocos, sendo que as mais polêmicas terão que ser votadas até o dia 25 de junho e as demais deverão ser votadas

A tendência indicada pelo debate nacional é acabar com a reeleição de prefeitos, governadores e Presidente da República e fixar os mandatos em cinco anos

até o dia 6 de julho, para em seguida serem encaminhadas à Câmara dos Deputados. Braga declarou que o seu partido tem posição clara na defesa do voto majoritário, acrescentando que tudo o que for aprovado deverá

passar pelo referendo popular.

O senador ainda defendeu a criação de um Fórum Parlamentar no Estado, para que as Casas Legislativas possam acompanhar projetos discutidos em Brasília.

“Esse é um assunto que deve ser acompanhado de uma forma especial. Acredito que um Fórum que reúna os parlamentares do Estado ajudará na compreensão de questões importantes para o Amazonas, em especial nos projetos da Reforma Política, Reforma Tributária e do novo Código Ambiental”, destacando a necessidade de participação da sociedade civil.

A ideia da criação de um Fórum partiu do vereador Gilmar Nascimento (PSB), que se mostrou preocupado com o isolamento do Estado nas discussões. Quem concordou com a propositura foi a deputada federal Rebecca Garcia (PP), que acredita que a criação do Fórum dará ao Estado a possibilidade de inserção nas questões nacionais voltadas para o Norte.

“Uma iniciativa como essa vem de encontro a necessidades do Estado. Já temos uma bancada federal em sintonia, portanto, a criação de um Fó-

rum formado por vereadores e deputados estaduais nos daria ainda mais força para lutar pelo Amazonas”, ressaltou.

A vereadora Lúcia Antony (PC do B) defendeu o financiamento público das campanhas eleitorais, como forma de permitir a sobrevivência dos pequenos partidos e seus candidatos. O vereador Massami Miki (PSL) alertou o senador Braga para a proposta defendida pelo peemedebista e vice-presidente da República Michel Temer, sobre o voto distritão. Conforme Miki, a forma de votação eleitoral foi instituída no Japão em 1940 e extinta em 1990, porque não favorecia a consolidação do processo democrático de direito. O vereador Marcel Alexandre (PMDB) defendeu a realização de plebiscito para evitar o caciquismo político. Vários correligionários do PMDB, inclusive do interior, participaram da palestra, que foi prestigiada pela deputada federal Rebecca Garcia (PP).

Também estiveram presentes na audiência o deputado federal Paudemey Avelino (DEM), o presidente da Associação dos Municípios e prefeito de Manquiri, Jair Souto (PMDB).

## Golpe Mortal

O deputado federal Pauderney Avelino disse que o AM sofreu um golpe mortal da presidente Dilma

Por Juscelino Taketomi

Especial para o JOC

Com a publicação no Diário Oficial da União da Medida Provisória nº 534/2011, nada mais resta a fazer ao governo do Estado do Amazonas a não ser recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal) para salvar os interesses da ZFM (Zona Franca de Manaus). Esta é a posição do deputado federal Pauderney Avelino (DEM) e do presidente da ALE (Assembleia Legislativa do Amazonas), deputado Ricardo Nicolau (PRP), com o apoio dos colegas Adjuto Afonso (PP) e Luiz Castro (PPS).

"Diante do fato consumado, resta ao governador lutar no STF para defender os reais interesses do nosso povo, não há outra saída", diz Pauderney, assegurando que a ZFM "acaba de sofrer um golpe mortal por parte da presidente Dilma Rousseff que, a despeito de ter anunciado mais cinquenta anos de vida para a nossa Zona Franca, surpreende os amazonenses com um grande rabo de arria, já que tudo o que ela falou foi mera peça de retórica".

A partir da publicação no DOU a Medida Provisória passa a valer oficialmente, embora possa ser apreciada e submetida a emendas no Congresso Nacional nos próximos trinta dias.

Pauderney assegura que agora, mais do que nunca, é necessária a união da bancada federal do Estado na apresentação de emendas e no poder de pressão para neutralizar os impactos da MP dos Tablets que praticamente anula a competitividade da ZFM, desonera

PIS/PASEP/COFINS e garante aos tablet PCs os mesmos incentivos concedidos aos computadores convencionais e notebooks. "O pior ainda está por vir pois o governo federal incluirá os tablets no Processo Produtivo Básico, reduzindo o Imposto sobre Produtos Industrializados-IP", afirma Pauderney.

Falando ao JOC, os deputados Ricardo Nicolau, Adjuto Afonso e Luiz Castro repudiam a MP e garantiram apoio ao governador Omar Aziz caso decida ingressar no STF contra a medida. Para Nicolau, a posição do governador tem sido enfática diante da questão e não poderá ser diferente agora com a publicação da MP no DOU. Na opinião de Adjuto Afonso, "a MP extrapola todos os limites, por isso temos que ir ao Supremo defender os mais legítimos interesses da Zona Franca de Manaus".

Líder do PPS na Alcam, Luiz Castro também aconselha o governador a ir ao STF e sugere que a bancada federal do Amazonas assumira uma posição mais firme no Congresso Nacional sobre a questão. Ele cobra, sobretudo, dos senadores Eduardo Braga (PMDB), Alfredo Nascimento (PR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB) "mais coragem e determinação nesta hora em que eles precisam ser verdadeiramente aliados do povo do Amazonas". Na Câmara Federal, Castro destaca o papel desempenhado pelos deputados Pauderney Avelino (DEM) e Francisco Praciano (PT), mas observa que os senadores "estão devendo muito em termos de luta política contra a MP dos Tablets".

## Polêmica

# Deputados debatem Maksoud Plaza com Sudam

A obra do Maksoud foi contemplada pela Sudam com recursos da ordem de R\$ 11 milhões

Por Juscelino Taketomi

Especial para o JOC

Atendendo a convocação da Aleam (Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas) por meio de uma comissão constituída pelos deputados Marcos Rotta (PMDB), Adjuto Afonso (PP) e Marco Antônio Chico Preto (PP), o superintendente da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), Djalma Melo, comparecerá nesta quarta-feira (25) à ALE para debater com os parlamentares o destino da obra do Maksoud Plaza, ao lado do Tropical Hotel, contemplada com recursos da ordem de R\$ 11 milhões pela Sudam.

“Nós já ouvimos algumas pessoas envolvidas na questão e outras que têm projetos para aquela área. A área pertence ao Maksoud Plaza, mas quem liberou os recursos foi a Sudam, com quem nós precisamos nos entender”, afirmou Marcos Rotta, segundo o qual o debate ajudará a resolver o imbróglio jurídico criado a partir de ação impetrada na Justiça pelo grupo Maksoud contra a Sudam em virtude da suspensão dos repasses dos recursos.

Rotta explica que os repasses foram suspensos por conta de uma ação do Ministério Público Federa-

ral. “Isso ocorreu porque o MPF descobriu a utilização

***Rotta explica que os repasses foram suspensos pelo MPF. “Ocorreu porque foram descobertos utilização de notas fiscais frias, laranjas, desvio de recursos, tráfico de influência e outras irregularidades”, disse***

de notas fiscais frias, laranjas, desvio de recursos, tráfico de influência e outras irregularidades”, destaca, chamando a atenção também para outro imbróglio jurídico sobre o caso.

Trata-se de uma ação judicial de um caseiro do empreendimento que alega direitos de usucapião sobre a área.

Para Rotta, o problema é grave e de difícil solução por envolver as esferas federal e estadual.

“A nossa intenção é ou-

vir a Sudam e depois o Ministério Público Federal a fim de encontrar a luz do fim do túnel”, comentou, dizendo-se a favor de que o governo do Estado do Amazonas intervenha e retome a área como forma de equacionar o problema.

“Entendemos que a área deve ser devolvida ao povo amazonense, pois ali pode ser construído um grande restaurante panorâmico e pode-se reorganizar a Marina do David”, completou.

## MP dos Tablets

# Publicação pega parlamentares de surpresa

Eduardo Braga afirmou não conhecer texto, veiculado no momento de sua audiência na CMM

Por LUANA GOMES

A 'Lei do Bem' não tem sido tão boa com as indústrias amazonenses, ainda mais agora que passará a incluir os tablets entre os equipamentos de informática beneficiados, zerando a alíquota de 9,25% de PIS (Programa de Interação Social) e Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social).

Ontem, o governo federal publicou, no Diário Oficial da União, a MP (Medida Provisória) nº 534 que retifica a Lei 11.196 de seis anos atrás, enquadrando as "máquinas automáticas de processamento de dados, portáteis, sem teclado, que tenham uma unidade central de processamento com entrada e saída de dados por meio de uma tela sensível ao toque de área superior a 140 cm<sup>2</sup> (Tablet PC)".

Apesar de a MP apontar as revisões já debatidas na mídia nacional, o senador Eduardo Braga (PMDB) afirmou que não tinha conhecimento do texto, já que o mesmo havia sido publicado no exato momento em que acontecia a audiência na CMM (Câmara Municipal de Manaus), na qual ele se fez presente, juntamente com a deputada federal Rebecca Garcia (PP). "Eu acho que é preocupante. Mas precisamos entender o conteúdo antes de nos manifestarmos", ressaltou.

Na semana passada, alguns parlamentares da Aleam (Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas) haviam expressado sua insatisfação com a bancada federal amazonense, que não parecia incluir a discussão em suas pautas.

Mas, pelo visto, os atuais deputados federais e senadores do Amazonas parecem confiar na administração federal. Rebecca comentou que hoje há um governo que se preocupa demais com



Foto: Walter Mendes

Medida, que reduz em até 36% tributação sobre o produto no país, desestimula a vinda de novas fábricas à ZFM

a manutenção do Polo, pela noção de sua grande influência na conservação das florestas. Para ela, é importante que a bancada esteja vigilante, mas ao mesmo tempo é tranquilizador saber que a presidenta tem consciência clara de que precisa tratar o Estado de maneira diferenciada.

"O Amazonas se encontra em uma posição desigual, em função da logística da região. Porém, há preocupação do governo federal em manter os incentivos da região e fazer com que os empregos sejam mantidos", analisou.

Entretanto, não é bom 'dormir no ponto'. Agora que a Medida foi publicada, o governo pretende definir o PPB

(Processo Produtivo Básico), garantindo a redução de IPI

"Há preocupação do governo federal em manter os incentivos da região e fazer com que os empregos sejam mantidos", amenizou Rebecca Garcia

(Imposto sobre Produtos Industrializados) de 15% para até 3%, além do abatimento no

ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), a depender de cada Estado.

Braga salientou que ontem mesmo teria uma audiência com o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, para discutir a problemática. Segundo o senador, hoje haverá uma reunião com a bancada. A partir daí, ele conversará com o governador Omar Aziz (PSD) para formular a estratégia necessária.

Semana passada, o representante estadual declarou que estava disposto a recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal) para impedir que a mudança na Lei da Informática traga prejuízos ao Polo.

### Bola da vez

Embora, segundo o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, a aprovação possibilite uma redução de 36% no preço do produto, ameaça a vinda a ZFM (Zona Franca de Manaus) das fábricas que produzem o item e, conseqüentemente, a geração de empregos.

Até março, as indústrias de bens de informática, responsáveis pela quarta maior fatia do faturamento total do Polo (9,32%), haviam abocanhado quantias próximas as de antes da crise, com US\$ 873,51 milhões ante US\$ 881 milhões de igual período de 2008.

Contudo, isto pode estar prestes a mudar, principalmente agora, quando os tablets são a bola da vez e 12 empresas já manifestaram interesse em produzi-lo no país, segundo assegurou ao *GL* Aloizio Mercadante (PSC).

Conforme o ministro da Ciência e Tecnologia, além da Foxconn, há interesse por parte da Positivo, Envision, Motorola, Samsung, LG, Itautec, Sanmina, Compalead, Semp Toshiba, AIOX e MXT.

## Marco Dassori



### Custo & Benefício

#### MP dos Tablets: “que vença o melhor lobby”

A novela dos tablets, que constitui mais um capítulo da saga ZFM (Zona Franca de Manaus) versus indústria do Centro Sul (e principalmente São Paulo), ganhou novos desdobramentos ontem, com a aprovação da MP (Medida Provisória) 534. A iniciativa, incluída na Lei do Bem (11.196/2005), concede redução de até 31% nos tributos que incidem sobre a fabricação do produto em todo o território nacional, principalmente o PIS/Pasep (Programa de Integração Social/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor) e Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social).

Isso, justamente no momento em que a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) se articula, junto ao Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) para a implantação de um PPB (Processo Produtivo Básico) específico para o aparelho, verdadeiro fetiche dos amantes da tecnologia, com o intuito de atrair novos investimentos para a o PIM (Polo Industrial de Manaus).

A publicação, que surpreendeu a bancada amazonense do Congresso, também ocorre pouco mais de mês do anúncio de intenção da Foxconn de investir US\$ 12 bilhões abrir uma fábrica de tablets no país, em município ainda a ser definido pela companhia. Divulgada durante a visita da presidente Dilma à China, a notícia foi logo entendida pela indústria e pelos governantes de estaduais: que vença o “melhor” –ou aquele que oferecer mais vantagens.

Os lobbies, que já vinham mostrando suas garras nas dis-

cussões preliminares da Reforma Tributária, no Congresso, se articularam para garantir que esse investimento (e mais outros) se direcionasse ao endereço desejado: os Estados com representação mais forte na Casa Legislativa. Nada de novo aí. Há que se verificar a legalidade da medida, mas seria inaturo transformar o imbróglio todo em um episódio do gênero “O Brasil contra a ZFM” ou “o mal contra o bem”, respectivamente. Estados, como já dizia De Gaulle, “não têm amigos, têm interesses”. Cabe ao Amazonas, agora, cuidar do seu, sem descuidar que está inserido em um painel mais amplo.

#### Desindustrialização e unificação de alíquotas

O interesse declarado do governo federal é ampliar o acesso à informática junto às classes sociais de menor poder aquisitivo. Interessa também dar uma espécie de “cala boca” para a indústria nacional, que já vem se queixando de desnacionalização por conta do câmbio e o peso da carga tributária sobre as empresas, em especial para aquelas que competem no mercado estrangeiro.

Em comunicado à imprensa, na semana passada, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) classificou o sistema tributário brasileiro como uma “jabuticaba”, uma excentricidade nacional. A entidade revela, por exemplo, que a tributação indireta dos investimentos aumenta em US\$ 60 milhões o custo de um aporte de US\$ 355 milhões em siderurgia no Brasil. O mesmo volume de capital seria taxado em US\$ 17,3 milhões no Canadá e seria isento nos EUA e Chile.

Entre as mudanças tributárias sugeridas pela CNI, destaca-se a unificação do PIS e Cofins em um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) federal, algo que, se viabilizado, pode dilapidar mais ainda as vantagens da ZFM. E não apenas em um segmento em que o PIM já é minoritário no país –o de informática–, como também nos segmentos onde é mais forte: os polos eletroeletrônico e de duas rodas.

Ontem, CUT (Central Única dos Trabalhadores), Força Sindical e Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) reeditaram um pacto da época da abertura comercial, em 1992, para expor suas queixas ao Planalto.

A força-tarefa montada pelo setor industrial promete levar uma série de reivindicações, que incluem desde desonerações tributárias para empresas e empregados até a redução da taxa básica de juros. Com a iniciativa, a propósito, a Fiesp despontou como principal interlocutora junto ao governo no que se refere aos assuntos da indústria nacional. O que é bom para São Paulo é bom para a ZFM?

#### Interesses majoritários

Se o Amazonas deseja lutar por seus interesses, terá de lançar mão de outros expedientes. É justo recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal), como promete o senador Eduardo Braga. O Estado já o fez em batalhas anteriores em defesa do modelo contra a plutocracia paulista, inclusive por ocasião da Lei de Informática.

Mas, em mundo em constante mutação, não devemos confiar eternamente nos mesmos remédios. Em um país, onde as leis “pegam” de acordo com as conveniências políticas dos grupos majoritários, convém cautela. A briga pelos recursos do pré-sal, onde Estados produtores majoritários como Rio de Janeiro saíram perdendo em benefício dos não produtores e produtores minoritários (como os paulistas), é um exemplo disso.

Na outra ponta, mesmo à margem do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), Estados continuam concedendo incentivos de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para atrair e manter investimentos. Diferente do amparo legal concedido pela ZFM, essas iniciativas contam apenas com o respaldo de suas respectivas assembleias legislativas. A guerra fiscal é um fato e tende a recrudescer à sombra das perspectivas de uma economia menos sólida nos próximos meses. Por isso, é mais que recomendável ao Amazonas o recurso a um plano ‘B’. Seja ele qual for.

Esta coluna é publicada às terças-feiras e é elaborada sob a coordenação do editor de Economia do *Jornal do Commercio*, Marco Dassori  
mdassori@jcam.com.br

## Tributação

# Valor pago pelas empresas por ano é igual a faturamento de 5 meses

Cálculo é da Federação das Câmaras dos Dirigentes Lojistas do Amazonas

POR JULIANA GERALDO

O total do faturamento arrecadado por uma empresa entre os dias 1º de janeiro e 25 de maio equivale ao valor de tributos que são pagos pelo empresário até o final do ano. Isso significa cinco meses de trabalho voltados exclusivamente para o pagamento de impostos, conforme destacou o presidente da FCDL/AM (Federação da Câmara dos Dirigentes Lojistas do Amazonas), Ralph Assayag.

Focada na importância da classe empresarial - indústria, comércio e serviços-, mas sem esquecer os demais contribuintes, a Sefaz (Secretaria de Estado da Fazenda) promove amanhã o segundo dia de palestras em comemoração ao Dia Nacional de Respeito ao Contribuinte.

“Eles virão para aperfeiçoar laços, se informarem e tirar dúvidas sobre questões de tributação federal, estadual e municipal e responsabilidade social nas empresas. Nós queremos que os empresários se aproximem porque temos muito a so-

mar com a classe”, detalhou o auditor e coordenador do programa de educação da Sefaz, Augusto Bernardo Cecílio.

O auditor, que vai palestrar sobre educação fiscal, esclareceu que o assunto não trata apenas do estímulo a exigência de nota fiscal, mas de uma mu-

Focada na importância da classe empresarial, Sefaz promove amanhã o segundo dia de palestras em comemoração ao Dia Nacional de Respeito ao Contribuinte

dança de atitude por parte do contribuinte que pode evitar ações danosas para o empresário. “No caso do comércio, o combate à pirataria, ao contrabando e a concorrência desleal é conquistado com ações de educação fiscal”, exemplificou.

Amanhã, além do evento, a

Aleam (Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas) também terá atividades solicitadas pelo deputado Adjuto Afonso (PP). Durante a tarde, o evento, que ontem foi dedicado a contadores, será exclusivo para os empresários da indústria, comércio e serviços.

Augusto Cecílio explicou ainda que a educação fiscal pretende apontar de onde vem e qual o destino do dinheiro e visa estreitar os laços entre o Estado e o cidadão. O programa se estende pelas escolas de ensino fundamental, médio, universidade, servidores públicos e federais e sociedade civil organizada.

No Brasil o programa é coordenado pela Esaf (Escola de Administração Fazendária), em Brasília, em parceria com vários ministérios, como o de Planejamento e de Educação. No Amazonas, é coordenado pela Sefaz, em parceria com a Receita Federal, a Semef (Secretaria Municipal de Finanças e Controle Interno), Seduc (Secretaria do Estado de Educação do Amazonas) e Semed (Secretaria Municipal de Educação).

## Empresas têm 2 meses para regularizar contratos

# Empresas têm 2 meses para regularizar contratos

Prazo para efetivação ou desligamento dos 15 mil trabalhadores foi dado pela SRTE/AM

POR MARIA DERZI

As empresas com contratos de trabalho temporário em situação irregular têm dois meses para regularizar a situação dos colaboradores. A informação é da SRTE/AM (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado do Amazonas), que apontou, neste mês, o uso inadequado da modalidade em pelo menos 15 mil contratos celebrados pelo comércio e indústria regionais.

Enquanto isso, a polêmica entre o órgão e o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas sobre a contratação de trabalhadores temporários para o PIM (Polo Industrial de Manaus) continua. De um lado, a SRTE/AM, amparada pelo Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho) e pela Agitra/AM (Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho no Amazonas), nega a intenção de provocar a dispensa dos 15 mil temporários, como teria sido afirmado pelo presidente do sindicato, Waldemir Santana, nas últimas semanas. Do outro, o sindicalista diz apoiar a ação da Superintendência, mas continua a negar que os contratos de temporários apresentem irregularidades.

Depois das denúncias sobre a contratação irregular de trabalhadores temporários para o Distrito Industrial, a SRTE/AM divulgou que nos últimos três anos mais de 8.500 temporários tiveram suas situações empregatícias regularizadas em virtude da ação do Ministério do Trabalho. Mas, nas fiscalizações das últimas semanas, ainda foram constatados abu-



Foto: Arquivo JRE

Decisão causou polêmica entre o órgão e o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas

so no processo de contratação de trabalhadores, que se encontra em discordância com a legislação trabalhista. Por sua vez, o sindicato atribuiu a efetivação por tempo indeterminado desses trabalhadores à ação sindical que, por meio de acordos firmados com as empresas, estaria garantindo o direito dos temporários.

### Poder de polícia

Em resposta às acusações do Sindicato dos Metalúrgicos, a SRTE/AM, juntamente com o Sinait e a Agitra/AM, enviou um e-mail sobre a imposição de contratos de trabalho temporário, alertando para o que consideram uma "lesão ao direito do trabalhador", como última man-

bra para mascarar a necessidade de empregados por prazo indeterminado. No e-mail, a SRTE/AM rebate as acusações do pre-

Nos últimos três anos, mais de 8.500 temporários tiveram suas situações empregatícias normalizadas em virtude da ação do Ministério do Trabalho

sidente do Sindicato dos Metalúrgicos, de que a fiscalização estaria exigindo a exclusão de 15 mil empregos temporários do

comércio e da indústria.

Sobre essa alegação, a Superintendência explica que está apenas cumprindo com seu dever, de acordo com Artigo 21, inciso XXIV, que dispõe sobre a verificação do cumprimento da lei trabalhista.

Destaca que, visando à proteção dos direitos dos trabalhadores, cabe ao Estado poder de polícia que se impõe pelos seus agentes, auditores fiscais do Trabalho. Também no email, a assessoria de imprensa do órgão federal salienta que cabe ao auditor fiscal verificar o cumprimento da lei que garante o "trabalho digno" e que sejam assegurados aos trabalhadores os direitos constitucionais previstos no Artigo 7º da Constituição:

### Empresas têm 2 meses para regularizar contratos (continuação)

## Fiscais flagram temporários com mais de três anos de casa

As fiscalizações continuam e a SRTE/AM avisa: as empresas que preferem a contratação temporária à efetiva devem se manter atentas ao que determina legislação trabalhista sobre regras para a contratação de temporários. Nos últimos três anos, o órgão já fiscalizou 12.397 empresas, incluindo o PIM. Só no Distrito Industrial, foram registrados 9.940 trabalhadores em situação de contratação irregular. "Após a ação, 8.557 deles foram regularizados, até abril deste ano", disse a presidente da Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho no Amazonas, Francimary Micheles.

Segundo Francimary, os casos de abuso na contratação de temporários são uma prática comum. "Algumas empresas têm contratado trabalhadores com o título de temporário, através de terceirizadas. Mas, isso ocorre em discordância com a legislação trabalhista. Na lei, só tem duas formas de contratação. Uma, para atender necessidade provisória e outra para atender acréscimo de demanda. Mas, algumas organizações estão contratando temporários que, após o final do prazo, ainda continuam atuando como temporários", apontou.

#### Sem prazo

A auditora fiscal explicou que as irregularidades constatadas ferem os direitos do trabalhador, pois o contrato de trabalhador temporário prevê prazo inicial de três meses, podendo ser prorrogado por mais três meses, no máximo. "Encontramos trabalhadores no sistema

temporário que tinham mais de três anos na empresa. Essa forma de contratação é irregular", reafirmou.

Fogem aos direitos dos temporários a contratação por tempo indeterminado, como também a dispensa com pagamento de aviso prévio, FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), multa rescisória, seguro desemprego, planos de saúde e demais direitos reservados aos efetivados "Não somos contra os temporários. Essa prática

---

"Algumas companhias têm contratado temporários por meio de terceirizadas, em discordância com a lei trabalhista", disse Francimary Micheles

---

é legal. Por exemplo, no período natalino, quando a demanda é grande, esse tipo de contratação é permitida. Mas, só que houve um acréscimo extraordinário desse tipo de contratação. Só queremos a regularização em benefício do trabalhador. Por isso demos um prazo para as empresas se regularizarem", disse.

Francimary alerta que os trabalhadores não podem se sentir acuados e quando forem vítimas da prática de contratação temporária irregular, devem denunciar. "Ele pode procurar o Ministério do Trabalho para obter mais informações ou denunciar práticas abusivas", sugeriu.

## Empresas têm 2 meses para regularizar contratos (continuação)

### Irregularidades ocorrem na minoria das empresas, garante Sindicato dos Metalúrgicos

A respeito da ação da SRTE/AM, o conselheiro fiscal do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, Ricardo Ferreira, disse que, ao contrário do que foi entendido, a entidade apoia a ação do órgão. Mas, nega a existência de tantas irregularidades na contratação de temporários no Distrito Industrial. "Nós apoiamos a ação da SRTE e também lutamos contra qualquer irregularidade apontada nas contratações de temporários. Mas, a Superintendência não quer reconhecer que, segundo a lei, esses contra-

tos são legais", ressaltou.

Segundo Ferreira, foram realizadas duas reuniões para discutir o assunto dos temporários. "Nós, do Sindicato, temos um acordo com as empresas que contratam temporários. Elas só podem fazer isso mediante o que rege o regulamento e contratar dando os direitos aos trabalhadores. Das mais de 70 empresas convocadas, apenas 14 ficaram de atender essa demanda", frisou.

#### Casos de abuso

Mas, o conselheiro fis-

cal dos Metalúrgicos reconhece que, em alguns casos, há abuso no processo de contratação de temporários. "A gente não pode ne-

**"Existem empresas que dispensam o trabalhador e depois ele é contratado por outra de RH, permanecendo na indústria. Mas, não entre as 14 que estão em acordo com o Sindicato", frisou Ricardo Ferreira**

gar. Existem empresas que usam da má fé, dispensam o trabalhador e depois ele é contratado por outra empresa de RH [recursos hu-

manos], permanecendo na indústria. Mas, não entre as 14 que estão em acordo com o Sindicato. Todas elas vem cumprindo o acordado",

destacou.

A exemplo do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Ricardo Ferreira voltou a afirmar que

o universo de temporários chega a 15 mil só no Distrito Industrial e nega que as empresas estejam abusando do expediente. Ele deu como exemplo a empresa em que trabalha, que já regularizou a situação dos funcionários que estavam sem vínculo empregatício por data indeterminada. "Na MetalFino, que trabalha com componentes para a Moto Honda, os 157 temporários que trabalhavam lá já foram efetivados. Muitos trabalhadores nem chegaram a completar um mês de trabalho e já estão sendo

contratados efetivamente", defendeu Ferreira.

O conselheiro completou dizendo que as contratações de temporários só estão sendo realizadas em decorrência do aumento da demanda nas datas comemorativas. "Tem muita demanda. Dia das Mães, Dia dos Pais, Natal. Tudo isso aumenta a produção. A produção da Honda subiu para mais de 100 mil motos e precisa de gente para trabalhar. Mas, desconheço casos de trabalhadores com mais de seis meses como temporários", finalizou.

## Pedro Côrtes

### Expansão I

A Motocar, primeira indústria de triciclos da Zona Franca de Manaus, está triplicando a capacidade de produção do modelo MTX 150, lançado por ela no mercado amazonense, e anuncia a ampliação da sua linha de montagem para alcançar 900 veículos por mês, em mais um ano. A empresa, que já mantém duas representações comerciais no interior do Estado, além da unidade fabril instalada em Manaus, estenderá a sua atuação, com parcerias estratégicas que estão sendo firmadas em outras cidades amazonenses e na região Norte, abrangendo Roraima, Rondônia, Pará e Acre.

### Expansão II

O gerente da Motocar, Marcello Di Gregorio, afirma que o projeto de expansão permitirá elevar os atuais 12 postos de trabalho diretos gerados pela indústria em Manaus, para 50 colaboradores diretos que atuarão na linha de produção do triciclo MTX 150, a fim de abastecer os novos mercados. Di Gregorio comenta que um dos fatores de incentivo ao aquecimento do setor é o valor de venda indicado para o produto: R\$ 8.950, quantidade, segundo ele, bastante acessível, em comparação a motocicletas com a mesma cilindrada.

## Oportunidade

# Portal divulga gratuitamente micro e pequenas empresas

Lançado há dois anos, o [catalogoempresarial.com.br](http://catalogoempresarial.com.br) anuncia produtos e serviços de todo o Brasil

Por **Olivia de Almeida**

**D**urante um ano, MPE (Micro e Pequenas Empresas) e empreendedores individuais de todo o Brasil poderão anunciar produtos e serviços gratuitamente no Catálogo Empresarial ([www.catalogoempresarial.com.br](http://www.catalogoempresarial.com.br)). Segundo o responsável pelo portal, Wagner Paes Leme, o portal é exclusivamente empresarial e para se cadastrar basta o empresário acessar o site, clicar na opção "Anuncie Aqui" e preencher os dados solicitados. "Antes do patrocínio do Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Brasil) o cadastro da empresa era pago, porém com o apoio deles, agora ele passou a ser gratuito durante o período de um ano", informou. Para que o anúncio seja gratuito, o empresário deverá utilizar o Código Promocional: SEB720117.

Leme conta que a ideia do site surgiu há mais de três anos, porém só foi implementada em outubro de 2009. "Trabalhando no segmento de informática há mais de dez anos, fui observando o que poderia ser implementado de novo nesta área, que atende-se às necessidades das micro e pequenas empresas e isso sem onerar seus custos mensais, pois os micro e pequenos já

sofrem com tantos impostos e taxas que lhes são impostas mensalmente", explicou.

"Aproveitamos da tecnologia a nosso favor e criamos o Portal Catálogo Empresarial, onde não agredimos a natureza como é feito com as famosas listas impressas, divulgamos com qualidade as informações de nossos clientes e parceiros e principalmente, cobramos um valor que cabia no bolso do empresário. O segmento de Listas Online, hoje em dia é disputado por grandes multinacionais e porque não uma empresa genuinamente Brasileira e Registrada, participar deste nicho de mercado?", salientou.

Atualmente, o portal Catálogo Empresarial conta com: 511 MEI (Micro Empreendedores Individuais), que junto com as Micro e Pequenas Empresas também se beneficiaram do patrocínio do Sebrae ao portal. "E dia a dia, mais de 30 MEI de todo o Brasil se cadastram no site", disse Wagner Leme.

No Amazonas, foram enviados mais de 2.000 e-mails para os Micro Empreendedores Individuais, apresentando o projeto, seus benefícios e explanando sobre a gratuidade do anúncio. "Hoje, o Catálogo Empresarial conta com apenas 30 MEI do Amazonas, mas lembramos que



Apenas 30 MEI do Amazonas são cadastradas no site [www.catalogoempresarial.com.br](http://www.catalogoempresarial.com.br)

o patrocínio é concedido a todos, só não participa quem realmente não quer", enfatizou Leme.

### Benefícios do anúncio

O responsável pelo portal conta que os usuários estão satisfeitos, devido o cadastro no Catálogo Empresarial ser considerado o mais completo. "Em menos de 24 horas, o nome de suas empresas já farão parte do Google, o maior buscador mundial. Eles poderão incluir em seus anúncios, diversas informa-

ções que apenas o visitante que chega a sua porta pode saber. Muitas pessoas ligam para nos agradecer, por começar a fazer negócios com outros Estados", destacou Wagner.

Além disso, ele explica também que o portal possui o Balcão de Empregos, em que os empresários que estão cadastrados, recebem um usuário e senha, onde poderão acrescentar sem custo algum as vagas de empregos disponíveis em sua empresa.

Com apenas um mês de cadastro a arquiteta Daniele Ca-

murça conta que já tem tido retorno de clientes que viram o anúncio da micro empresa Design Decor, especializada em decoração de interiores. "Hoje em dia muitos clientes procuram profissionais pela internet", disse.

Outro micro empreendedor que já tem recebido clientes através do anúncio, com apenas duas semanas, é o Itamar Pereira, da Ita Arts Comunicação Visual. "Minha expectativa é que ajude a melhorar as vendas da loja", afirma o proprietário da empresa.

## Focus

# Mercado reduz previsão de inflação pela 3ª semana

A projeção para o crescimento do PIB se manteve em 4% e para 2012, a previsão foi reduzida de 4,20%, na semana passada, para 4,10%

O mercado reduziu pela terceira vez consecutiva a previsão para a inflação oficial neste ano - o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), passando de 6,31%, na semana passada, para 6,27% nesta semana. Para 2012, a projeção de inflação se manteve inalterada em 5%.

As informações são do boletim Focus divulgado pelo BC ontem.

A projeção para o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) se manteve em 4%. Para 2012, a previ-

são foi reduzida de 4,20%, na semana passada, para 4,10%.

A previsão de preço para o dólar para este se mante-

cido para a taxa básica de juros (Selic) também foi mantida em 12,5% para este ano, e para 2012 permaneceu em 12,25%.

financeiras. Ele expressa, semanalmente, como o mercado percebe o comportamento da economia.

### Meta

O centro da meta inflacionária do BC é de 4,5%. No último resultado do IPCA, divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no dia 6, o índice ultrapassou levemente o teto da meta, de 6,5%, chegando a 6,51% no acumulado dos últimos 12 meses.

Com a marca, a inflação acumulada no período é

a mais alta desde julho de 2005, quando os preços subiram 6,57%.

### Balança registra saldo de US\$ 286 milhões

Já a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 286 milhões na terceira semana de maio e acumula US\$ 2,74 bilhão no mês.

O resultado foi divulgado ontem pelo Ministério do Desenvolvimento e compreende o período que vai de 16 de maio ao dia 22.

O saldo comercial é resultado da diferença entre

exportações e importações. No acumulado do ano, o superávit chega a US\$ 7,77 bilhões.

Na comparação do acumulado do ano, 2011 registra um resultado 86% superior ao resultado de 2010 (US\$ 4,18 bilhões).

Na segunda semana de maio, as vendas brasileiras ao mercado externo foram da ordem de US\$ 5,20 bilhões, com média diária de US\$ 1,04 bilhão.

Enquanto as importações chegaram a US\$ 4,92 bilhões, com média diária de US\$ 984 milhões.

---

**Apesar da queda, percentual de 6,27% previsto para 2011 está longe da meta de 4,5%; a projeção para a inflação em 2012 pulou de 5,00% para 5,10%**

---

ve em R\$ 1,62, enquanto para 2012 continua em R\$ 1,70.

Já a expectativa do mer-

O boletim Focus é elaborado pelo Banco Central a partir de consultas feitas a uma centena de instituições

## Brasil e Argentina já começam a negociar barreiras comerciais

Eletrodomésticos têm licenças de importação, mas estão retidos na aduana

Os governos do Brasil e da Argentina começaram a discutir nesta segunda-feira, em Buenos Aires, os conflitos provocados pelas barreiras mútuas ao comércio.

O secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento brasileiro, Alessandro Teixeira, e seu colega Eduardo Bianchi se reúnem segunda-feira e hoje para preparar o caminho para a realização de um encontro entre os ministros Fernando Pimentel e Débora Giorgi.

A imposição brasileira de licenças não automáticas para a importação de automóveis será o tema central das discussões, já que afeta 50% do comércio da Argentina com o Brasil, segundo queixou-se Giorgi, ministra argentina de Indústria.

Mas essa decisão brasileira foi apenas o pretexto para forçar

a Argentina a negociar o relaxamento de barreiras que afetam um quarto da pauta exportado-

---

A Argentina, por sua vez, vai cobrar do Brasil resolução de problemas que impedem ou dificultam o acesso de dez produtos argentinos ao mercado brasileiro

---

ra do Brasil para o mercado do sócio no Mercosul.

Teixeira vai à mesa de negociação, por exemplo, com reclamações de demoras de mais de 60 dias - o período máximo permitido pelas nor-

mas internacionais de comércio - para concessão das licenças de importação de baterias, pneus e calçados brasileiros.

O secretário executivo do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior também vai cobrar da Argentina solução para os casos de alimentos, que não necessitam de licenças de importação, mas são barrados por falta de certificado sanitário de circulação interna; de eletrodomésticos, que obtiveram as licenças de importação, mas estão retidos na aduana; e de tratores e máquinas agrícolas, que não conseguem obter licenças desde janeiro.

A Argentina, por sua vez, vai cobrar do Brasil resolução de problemas que impedem ou dificultam o acesso de dez produtos argentinos ao mercado brasileiro.

## ZFM ENVOLTA EM PESADELO

As ameaças sobre o modelo Zona Franca de Manaus voltam a mostrar o quanto é fundamental que os poderes instituídos decidam, em conjunto com a sociedade organizada, a pensar e por em prática uma outra proposta de desenvolvimento econômico para o Amazonas.

A fragilidade do modelo é histórica. As ameaças contra ele são cíclicas e, na maioria das vezes, em torno de uma operação de salvação provisória, organizam-se grupos de interesses que vão, em seguida, obter dividendos eleitorais. De outro lado, garantir o modelo com suas especificidades tem sido

uma tarefa atrelada ao humor de quem está no comando do Governo Federal. O enredo do filme é antigo e a agonia provocada por ele permanece atual porque o Estado depende, de fato e completamente da ZFM. Mas, até quando essa lógica vai prevalecer? Por que foi dado aos povos do Amazonas esse papel na construção da sua história? Repete-se, em paralelo à batalha pela salvaguarda da Zona Franca de Manaus - que é tradução da salvaguarda da economia do Amazonas, da estabilidade econômico-financeira deste Estado - o mesmo apelo feito há décadas por pesquisadores e

instituições quanto à necessidade de um plano capaz de oferecer outra alternativa econômica para o Amazonas. Manter um Estado como refém de uma única saída ou driblando para assegurar a excepcionalidade é um risco muito alto. Assim os amazonenses têm vivido por décadas seguidas. A Zona Franca de Manaus não pode ser um modelo que sobreviva em função das disputas políticas e do leilão em torno dos prazos de prorrogação feito por candidatos em cada período de campanha eleitoral. Nesta terra vivem mais de 3 milhões de pessoas, a maioria delas em Manaus, e todas

dependentes da saúde da ZFM. Foi assim que se viveu no século passado; é assim que se está vivendo no 11º ano do século 21. Enquanto a alternativa econômica para o Amazonas e para parte das cidades amazônicas que, igualmente, são dependentes desse modelo, for tratada como tema menor, ocasional, o destino da vida nessa parte da região será traçado pelos sobressaltos, por dias de profunda angústia e diante da possibilidade real de as empresas aqui implantadas, sem os atrativos da excepcionalidade, se transferirem para outras praças mais atraentes.

## Sim & Não

**Promessas** O secretário de Planejamento do Estado, Marcelo Lima, sustentou, em entrevista ao portal [acritica.com](http://acritica.com), que a publicação da MP 534, que inclui os tablets no Programa de Inclusão Digital, contradiz os compromissos assumidos por Dilma Rousseff enquanto candidata à Presidência.

**Prejuízo** “Perdemos qualquer competitividade. Essa decisão é contraditória com a visita da presidente Dilma, em Manaus, quando ela assumiu o compromisso de prorrogação e incentivos da Zona Franca de Manaus”, disse Marcelo Lima.

## Lei de Informática

# Bancada do AM joga a toalha

Medida Provisória que amplia incentivos para bens de informática fora da Zona Franca deve ser votada hoje sem obstáculos

**ANTÔNIO PAULO**  
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

BRASÍLIA (SUCURSAL) - Sem força política suficiente nem regimental, a bancada do Amazonas, na Câmara dos Deputados, vai hoje para a votação da Medida Provisória (MP) n° 517/2010 consciente de que a batalha está perdida. Pelo menos no que se refere aos incentivos fiscais da Lei de Informática. Apesar das 26 emendas propostas pelos parlamentares amazonenses, o relator da MP, João Carlos Bacelar (PR-BA), manteve no relatório o artigo 14 que inclui modem e roteadores de computador na lista dos bens de informática com alíquotas zero de PIS/Pasep e Cofins. O artigo 15 prorroga por dez anos o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos bens de informática, reduzindo para 100% até

**Breve rápida**

\*  
**Última cartada será dada no Senado**

Um trunfo que a bancada amazonense tem para tentar emperrar a votação no Senado é a Reserva Global de Reversão (RGR) que também está na MP-517. O fundo ligado à conta de energia elétrica prevê arrecadação de R\$ 50 bilhões. Com prazo de validade até 2010, o Governo quer estendê-lo até 2035.

2014, com progressão de 90% em 2015 e 70% de 2016 a 2019 quando será extinto. A lei vigente dá 80% de redução sobre bens de informática no País.

"Nossa bancada é muito pequena (oito deputados) e além do mais, o Democratas (DEM) está sozinho nessa empreitada, pois o PSDB é favorável à prorrogação e redução do IPI para os bens de informática", explicou o deputado Pauderney Avelino, vice-líder do DEM. Pelo fato de não contar, na votação de hoje, com os tucanos, e por não ter número de deputados suficientes, o parlamentar amazonense conta que não será possível pedir verificação de quórum nem fazer obstrução. Para a manobra, o DEM, hoje com 30 deputados, precisaria de 31.

O coordenador da bancada amazonense, senador Eduardo Braga (PMDB), vai conversar hoje, pela manhã, com o líder do partido na Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (RN), para ver se consegue alguma ação que possa impedir a vota-



Vice-líder do DEM, Pauderney Avelino lamenta ter perdido o apoio do PSDB

ção da MP 517 ou mudança no relatório de João Bacelar. "O PMDB é o maior partido da Câmara, quem sabe não conseguimos alguma coisa", declarou.

### VANTAGENS PONTUAIS

Se não conseguiu mudar os artigos que tratam da Lei de Informática, Pauderney Avelino, em acordo com o relator, fez passar uma emenda que resolve um problema identificado no polo de duas rodas da Zona Franca de Manaus. O Mercosul mudou o número identificador (NCM) de triciclos e políciclos, por isso, a Receita Federal queria taxar peças e segmentos de produção. A emenda restabelece a nomenclatura anterior ficando, portanto, isento de tributo.

Outra ação virá no Senado, onde Braga será relator da MP-517. "Disse aos executivos da Receita Federal, portanto ao Governo, que se o ressarcimento ou compensação do crédito presumido (ficto), adquirido pelos empresários quando compram produtos da ZFM, não for restabelecido, lá no Senado, o senador Eduardo Braga vai dificultar a aprovação da MP 517", advertiu Pauderney Avelino.

## ZFM sob fogo cruzado

Com MP 534, modelo dá adeus à produção de tablets. Reforma tributária pode complicar ainda mais situação do Estado

**JOUBERT LIMA**  
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

"Fomos enganados!". É como Wilson Périco, presidente do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus (Sinaees) avalla a publicação da MP 534, que desonera em 31% a produção de *tablets*. A medida praticamente inviabiliza a fabricação do produto em Manaus, uma vez que a pequena vantagem tributária do Amazonas não compensa o custo total da operação no Estado. Soma-se a isso a ameaça da reforma tributária e temos um cenário nada promissor para a Zona Franca.

Antes, os fabricantes de *tablets* pagariam, em qualquer Estado, 15% de IPI, e 9,79% de PIS Cofins, totalizando uma carga de 24,25%. Na Zona Franca, a carga seria de apenas 3,65%. Com a MP 534, a situação se inverteu: os fabricantes vão pagar, em qualquer Estado, apenas 6% de IPI. Considerando-se só o aspecto tributário, a ZFM ainda teria uma pequena vantagem, mas esta desaparece diante dos custos com logística e outras deficiências regionais.

Diante disso, o economista Serafim Correa é taxativo: "É claro que não virá nenhuma fábrica de *tablets*. Mas essa questão vem sendo citada há 60 dias. A presidente Dilma foi à China e negociou isso. O Governo sequer teve a consideração de nos avisar", comenta o economista.

Com a medida, surgem dúvidas até mesmo quanto aos projetos para produção de *tablets* já

aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam) e pelo Conselho de Administração da Suframa (CAS). O secretário de Estado do Planejamento (Seplan), Marcelo Lima, acredita que os investimentos da Digibrás e da GreenWorld, serão mantidos.

"Os projetos aprovados não sairão daqui, sobretudo porque já têm operação funcionando. A

atração de futuros investimentos é que fica bastante complicada", disse Lima. Das empresas que poderiam fabricar o equipamento na Zona Franca, o mais provável é que a Samsung continue a produção em São Paulo, e que a Semp Toshiba prefira produzir na Bahia, por exemplo. Para fabricar *tablets*, qualquer lugar torna-se mais vantajoso que a Zona Franca.

### TEM JEITO?

Do ponto de vista jurídico, não resta muito a fazer. Argumentar que a Constituição Federal concede à Zona Franca a exclusividade na concessão de incentivos parece não fazer diferença. A mesma Constituição também determina que o salário mínimo seja suficiente para suprir todas as necessidades básicas do brasileiro, o que nunca

foi cumprido. Do ponto de vista político, pode-se tentar negociar compensações.

Em seu *Twitter*, o ex-secretário de Planejamento do Amazonas, Denis Minev, manifestou sua preocupação com as recentes medidas: "fábrica da Adidas vetada em Manaus, *tablets* e *iPad* em SP, reforma tributária perigosa à frente. Espero que Dilma lembre dos compromissos".

## Omar Aziz vai apelar ao Planalto

O governador do Amazonas, Omar Aziz, afirmou que a MP 534 é mais uma mutação contra a Zona Franca. "Temos que ter claro que, a partir de agora, tudo o que se criar ou inventar será pela informática e pela lei que está aí, nós não temos como competir com outros Estados, principalmente São Paulo. Então, vamos nos unir e lutar até o fim", disse.

Omar Aziz reúne amanhã com a bancada do Amazonas, em Brasília, para discutir propostas que pretende levar à presidente da República na semana que vem, para fortalecer o modelo econômico do Amazonas. "É preciso que o País entenda que o Amazonas é parte da federação nacional, que a presidente Dilma teve no Estado a maior votação nacional e que eu, como governador, tenho obrigação de lutar por mais empregos e pela consolidação do modelo econômico", disse o governador.

Ontem, Omar Aziz falou com o ministro chefe da Casa Civil; com o ministro do Desenvolvimento; e com o secretário executivo da Fazenda para definir a formatação dos pleitos a serem tratados com a equipe econômica federal.

## MAIO

# Balança comercial tem saldo positivo

A balança comercial brasileira registrou saldo positivo de US\$ 286 milhões na terceira semana de maio, o que representa uma média diária de R\$ 57,2 milhões, segundo dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O superávit comercial é resultado de US\$ 5,209 bilhões em exportações e US\$ 4,923 bilhões em importações.

## Rogério Pina

### Aumento da participação

→ A organização da Feira Internacional da Amazônia prevê a participação de 400 expositores na edição deste ano, em outubro.

## Barreira

# Corrida contra MP dos tablets

Procuradoria Geral elabora Ação Direta de Inconstitucionalidade contra medida que desonera tablets feitos no país.

## Aplausos

### >>APLAUSOS



Para a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que trabalha na elaboração uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra Medida Provisória (MP) 534 – que desonera tablets produzidos no Brasil. A medida foi publicada ontem, no Diário Oficial da União (DOU) e a previsão é de que o documento fique pronto até amanhã.



## Contexto

“Não adianta prorrogar a Zona Franca de Manaus e por trás meter a faca e tirar empregos do Amazonas com uma medida provisória”

Do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e do PT em Manaus, Valdemir Santana, sobre a MP dos tablets

### Omar vai a Dilma ZFM

Imediatamente após a publicação da Medida Provisória 534, criada para desonerar a produção de tablets no Brasil, o governador do Amazonas, Omar Aziz, anuncia que vai recorrer à presidente Dilma Rousseff, na próxima semana, para recuperar a competitividade da Zona Franca de Manaus (ZFM).

"Desde que foi votada a Lei de Informática, o Amazonas vem perdendo, ano a ano, espaço na competitividade. Não é possível mais conviver com este cenário econômico de prejuízos", ressaltou.

Além da pauta principal, ele ainda levará à presidente da República alternativas para fortalecimento do modelo econômico do Amazonas. Amanhã, Omar Aziz se reúne com a bancada do Amazonas, em Brasília, para discutir as propostas.

"Com a Medida Provisória 534 sendo remetida à Lei de Informática desonerando PIS (Programa de Integração Social), Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e II (Imposto de Importação), há perda de competitividade da Zona Franca. É preciso que o país entenda que o Amazonas é parte da federação nacional, que a presidente Dilma teve no Estado a maior votação nacional e que eu, como governador, tenho obrigação de lutar por mais empregos e pela consoli-

dação do modelo econômico".

Durante a tarde de ontem, Omar Aziz falou com o ministro chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, com o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, e com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, para definir a formatação dos pleitos de interesse do Estado a serem tratados com a equipe econômica do governo federal.

.....  
**Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) não é descartada como recurso do Amazonas para recorrer da decisão da MP**

#### Alternativas

No terreno jurídico, o Amazonas, por meio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), pode se utilizar de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) para defender seus interesses. Contudo, segundo o procurador-geral Frânio Lima, somente em posse do texto da MP o corpo técnico da PGE pode concluir o estudo que orientará o argumento do Estado para tentar reverter a medida.

"Quando concluirmos o documento, caberá ao governador analisar e tomar a decisão sobre ajuizar ou não a ADI", disse o procurador.

#### Senadores preocupados

Durante audiência sobre reforma política no Amazonas, ontem, o senador Eduardo Braga afirmou ainda não conhecer completamente o conteúdo da MP, devido à edição recente. "Ainda não tenho conhecimento do texto, mas é preocupante. O povo amazonense compreende isso e está se manifestando contra ela", acrescentou.

Braga ressaltou que tem manifestado no Senado uma preocupação constante com as questões dos tablets e da reforma tributária - outro assunto considerado "grave" por ele para a Zona Franca e para o Amazonas. "O governo do Estado precisa adotar uma estratégia para que os parlamentares possam seguir", sugeriu.

Outra parlamentar da bancada do Amazonas, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB), disse que pretende entrar com emendas à MP 534. De acordo com a sua assessoria de imprensa, ela volta à tribuna do Senado, hoje, para tratar do assunto. O teor das emendas a serem ingressadas por ela ainda será estudado com a assessoria técnica, "mas é certo que vão resguardar as vantagens comparativas do modelo (Zona Franca)".

## Omar vai a Dilma ZFM (continuação)

### >>Entenda a MP 534

A Medida Provisória, que está em vigor desde ontem, estabelece que os tablets que seguirem o Processo Produtivo Básico (PPB) poderão ter isenção completa

de PIS/Cofins, que hoje é de 9,25%, redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – de 15% para 3% – e redução de imposto de importação e Imposto sobre

Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a depender de cada Estado. A expectativa do governo é a de que o preço desses equipamentos fiquem até 36% mais baratos.

## Produtores vão receber implementos agrícolas

**H**oje, o governador do Estado do Amazonas, Omar Aziz, estará em Novo Airão e Iranduba para entregar implementos agrícolas a produtores rurais e visitar empreendimentos nos interiores. Durante a passagem por Iranduba, por exemplo, ele visitará a recém-implantada usina de beneficiamento de borracha, voltada para a fabricação de pneus de bicicleta e motocicletas.

A primeira parada será em Novo Airão (a 115 quilômetros de Manaus), às 9h, onde o governo do Amazonas entregará 151 notebooks e beneficiará 150 agricultores de 22 comunidades com motores de popa, grupos geradores, rabetas, catitu, fornos, kit pescador e kit ferramentas. O evento será no Ginásio Poliesportivo do município.

Os agricultores beneficiados foram cadastrados previamente pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (Idam) e pela Secretaria Municipal de Agricultura, que analisaram as condições das propriedades e a real necessidade de cada um.

"Em Manacapuru e Iranduba estamos incentivando a produção de fibra e de borracha, respectivamente. Em Novo Ai-

rão, é a agricultura familiar; em outras cinco regiões vamos desenvolver polos de piscicultura. Tudo dentro da concepção de que é preciso acompanhar todas as etapas da cadeia produtiva, do financiamento à garantia do escoamento e até a venda dos produtos", disse o governador.

Segundo o presidente do Idam, Edimar Vizolli, essa ação do governo do Amazonas vai

**Os agricultores beneficiados foram cadastrados previamente pelo Idam e Sepror, que fizeram um estudo das necessidades reais**

permitir que o agricultor tenha mais condições de trabalho. "É uma nova etapa na vida dos agricultores de Novo Airão que vão poder estruturar melhor a cadeia produtiva, desde o cultivo, produção e beneficiamento das culturas, produzindo alimentos de melhor qualidade e com maior potencial de comercialização".

## Entrega de notebooks a professores

Na ocasião, o governador Omar Aziz também cumpre agenda de entrega de notebooks para a rede municipal dos dois municípios, dentro do programa "Professor na

Era Digital", da Secretaria Estadual de Educação (Seduc). "O objetivo é garantir melhores condições de ensino, com a inserção de uma ferramenta moderna e dinâmica nas

salas de aula e, ao mesmo tempo, promover a inclusão digital", disse o governador. Em Novo Airão serão beneficiados 151 professores e em Iranduba, 484.

## DISPUTA

AMPLIAÇÃO DE INCENTIVOS PARA FABRICAÇÃO DE TABLETS FORA DE MANAUS AMEAÇA NOVOS INVESTIMENTOS

# Governo não cumpre palavra e edita MP que prejudica a ZFM

AMAZONAS 5 | A Medida Provisória (MP) lançada ontem, pelo governo federal, faz com que o Polo Industrial de Manaus perca a vantagem fiscal para atrair fabricantes de computadores em formato de prancheta, os tablets. Na sexta-feira, na Suframa, o representante do ministro Fernando Pimentel disse que a MP consideraria a Zona Franca de Manaus.

## Manaus perde vantagem na produção de tablet com MP

**Manaus perdeu a vantagem fiscal de produzir tablets, os computadores de prancheta, com a edição, ontem, da Medida Provisória (MP) 534, que iguala os benefícios locais ao restante do País. A matéria vai tramitar no Congresso.**

A edição da MP quebrou a promessa do secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Alessandro Teixeira, de o governo federal levar em consideração os interesses do Polo Industrial de Manaus (PIM).

Na última sexta-feira, Teixeira garantiu que o PIM seria consultado. O anúncio foi feito na reunião do Conselho de Administração da Zona Franca de Manaus. Feita sob encomenda, a MP vai permitir a produção da Foxconn, em São Paulo e exclui o PIM da corrida do novo produto que tem impulsionado as vendas das grandes corporações mundiais do setor.

"Fomos enganados. A MP tira qualquer condição de competitividade de Manaus", lamentou o presidente do Sindicato da Indústria Eletroeletrônica e Similares de Manaus (Sinaees), Wilson Buzzato Périgo, ao se referir ao diferencial do PIM, perdido com a redução de 9,5% para zero da alíquota do Programa de Integração Social e da Contribuição para o Financiamento da

Seguridade Social (PIS/Co-fins). A MP também reduz o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de 15% para 3% em todo o País para as empresas que tiverem aprovados os Processos Produtivos Básicos (PPBs), como prevê a Lei de Informática.

Para o executivo, a medida é inconstitucional por retirar a vantagem da Zona Franca de Manaus (ZFM) como única área autorizada a conceder incentivos fiscais. "Acho muito difícil novos investimentos para produzir tablet em Manaus", disse Périgo, ao cobrar do governo federal as promessas de preservar a competitividade da ZFM, que garante a atração de empresas e a oferta de empregos. "Não basta prorrogar os incentivos, é preciso garantir as vantagens fiscais", disse.

A MP sai dois dias após o Conselho de Administração

**"Fomos enganados. A MP (Medida Provisória) tira qualquer condição de competitividade de Manaus".**

Do presidente do Sindicato da Indústria Eletroeletrônica e Similares de Manaus, Wilson Périgo.



**Produto inovador é o que recebe mais atenções das grandes corporações mundiais para atrair os consumidores /Foto: Kimihito Hoshino/AFP/02/03/11**

da Zona Franca de Manaus aprovar incentivos fiscais para projetos de produção de microcomputadores portáteis sem teclado físico e com tela touchscreen, os tablets. Na última sexta-feira, os conselheiros deliberaram os projetos da Digibrás Indústria do Brasil S.A., do grupo CCE; da Greenworld Indústria e Comércio de Componentes Eletrônicos e da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital S.A. (CBTD), da antiga Gradiente.

Além das três empresas com projetos aprovados em Manaus, outras 12 já se inscreveram para produzir tablets no Brasil. A informação foi divulgada pelo mi-

nistro da Ciência e da Tecnologia, Aloizio Mercadante. São elas: Positivo, Envision, Motorola, Samsung, LG, Itautec, Sammin, Foxconn, Compalead, Semp Toshiba, Aiox e MXT.

Ao zerar a alíquota do PIS/Co-fins, o produto terá redução de 31% no preço final. A medida é a primeira providência do governo na desoneração do segmento. Nos próximos dias, deve ser publicada a portaria interministerial que formalizará o Processo Produtivo Básico (PPB), o que elevará o percentual da redução do preço dos produtos para até 36%.

**Fale com o editor**  
redacao@diarioam.com.br

## Manaus perde vantagem na produção de tablet com MP (continuação)

### Parte da bancada de apoio ao governo admite impacto

A Medida Provisória (MP) foi recebida com apreensão pela bancada parlamentar do Amazonas, incluindo os integrantes da base governista, como os senadores Vanessa Grazziotin (PCdoB) e Eduardo Braga (PMDB).

Grazziotin anunciou que deverá apresentar emendas que ainda estão sendo estudadas com a assessoria técnica. O teor das mesmas visa resguardar as vantagens comparativas do modelo local, cujas vantagens foram perdidas com a MP, informou.

O senador Eduardo Braga ligou a discussão do Código Florestal a duas medidas provisórias. A MP 517, que tramita na Câmara dos

Deputados, dispõe, entre outros assuntos, sobre medidas tributárias do Plano Nacional de Banda Larga, além da MP 534, editada ontem.

“Tratar de incentivos fiscais para a desoneração de notebooks, tratar de incentivos fiscais para a desoneração do tablet tem impacto na economia do Estado do Amazonas, que é o maior preservador, o maior conservador da maior floresta pertencente ao Brasil”, disse o senador.

Na semana passada, a bancada anunciou que iria se reunir com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, logo após o primeiro escalão do governo federal admitir que a MP estava sendo preparada.

### Governador diz que ZFM sofre mutação e prejuízos

O governador do Amazonas, Omar Aziz, afirmou que a MP 534 é mais uma mutação contra a Zona Franca de Manaus. “Desde que foi votada a Lei de Informática o Amazonas vem perdendo, ano a ano, espaço na competitividade. Não é possível mais conviver com este cenário econômico de prejuízos”, disse.

Aproveitando o momento em que está sendo travada discussão para reforma fiscal, o governador levará à presidente da República, Dilma Rousseff, na semana que vem, alternativas para fortalecimento do modelo econômico do Amazonas. Ele reúne amanhã, quarta-feira, com a

bancada do Amazonas, em Brasília, para discutir as propostas.

Durante a tarde de ontem, o governador falou com o ministro chefe da Casa Civil, Antônio Palocci, com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, e com o secretário executivo do ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, para definir os pleitos de interesse do Estado a serem tratados com a equipe econômica do governo federal.

“É preciso que o País entenda que o Amazonas é parte da federação nacional, que a presidente Dilma teve no Estado a maior votação nacional”, disse.

## Caloi quer aumentar capacidade da fábrica no PIM

Principal fabricante de bicicletas do País, a Caloi está em campanha para transformar Manaus em uma plataforma de produção de componentes para exportação. Para atingir esse objetivo, a empresa vai transformar a planta local em um dos principais polos mundiais de fabricação desses produtos e suas peças. Atualmente, a maior parte dos componentes é importada da China.

De acordo com o presidente da empresa, Eduardo Musa, o Brasil pode se credenciar a ser esse polo em razão das profundas transformações pelas quais está passando esse setor industrial na China, o maior produtor mundial, que mudou sua estratégia e agora se volta para exportar mais bicicletas montadas e menos peças.

A Caloi Norte está no Polo Industrial de Manaus desde 1975. A produção é voltada para bicicletas com alta tecnologia, além da linha fitness, formada por aparelhos de ginástica para prática indoor, mobylettes e patinetes. Posicionada como uma empresa contemporânea, a Caloi é reconhecida como marca top of mind em bicicletas, tendo uma linha composta por aproximadamente 35 modelos, divididos nos segmentos: infantil, mountain bike, passeio e transporte.

Em 1999 a Caloi Norte foi submetida a um processo de reestruturação e passou a industrializar as bicicletas tipo exportação, sendo fundamental na estratégia do grupo para aumentar a participação no mercado externo. Hoje, os principais países importadores da Caloi são Uruguai, Paraguai e Colômbia. A Caloi também investe no treinamento dos funcionários por intermédio do trabalho de uma equipe de profissionais vinda de São Paulo, visando formar no PIM uma mão de obra especializada para atuar no setor.

## Caloi pretende ter Manaus como polo

Principal fabricante de bicicletas do País, a Caloi está em campanha para transformar Manaus em um dos principais polos mundiais de fabricação desses produtos e suas peças. Hoje, a maior parte dos componentes é importada da China.

O presidente da Caloi, Eduardo Musa, acredita que o Brasil pode se credenciar a ser esse polo em razão das profundas transformações pelas quais está passando esse setor industrial na China, o maior produtor mundial, que mudou sua estratégia e agora se volta para exportar mais bicicletas montadas e menos peças.

A Caloi Norte está no Polo Industrial de Manaus desde 1975. A produção é voltada para bicicletas com alta tecnologia, além da linha fitness, formada por aparelhos de ginástica para prática indoor, mobylettes e patinetes.

Posicionada como uma empresa contemporânea, a Caloi é

**:: Marca ::**

**35**

**é o número de modelos disponíveis**

reconhecida como marca top of mind em bicicletas, tendo uma linha composta por aproximadamente 35 modelos, divididos nos segmentos: infantil, mountain bike, passeio e transporte.

Em 1999, a Caloi Norte foi submetida a um processo de reestruturação e passou a industrializar as bicicletas tipo exportação, sendo fundamental na estratégia do grupo para aumentar a participação no mercado externo. Hoje, os principais países importadores da Caloi são Uruguai, Paraguai e Colômbia.